

Tão bom como tão bom: discursos afro-brasileiros, racismo e projeto de nação na Bahia (1889–1937)¹

As good as so good: Afro-Brazilian speeches, racism, and nation-building in Bahia (1889–1937)

Flávio Gonçalves dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0003-4241-8870>

Resumo

Este artigo tem o objetivo de discutir como os afro-brasileiros se posicionaram entre 1889 e 1937, face às práticas e discursos racistas. Nesta época discutiu-se a construção de um projeto nacional que era incompatível com o grande contingente de não-brancos que compunha o quadro demográfico brasileiro. Os quarenta e oito anos iniciais do regime republicano no Brasil foi o período em que as classes dominantes, como parte do seu projeto de nação, colocaram em prática ideias racistas e uma série de medidas de cunho eugenista, com o objetivo de levar a população brasileira a um tipo físico e comportamental mais próximo dos europeus. A escolha da Bahia, como marco geográfico deste trabalho, deu-se por ser um a unidade da federação de maioria afro-brasileira no período, e, por contar com um importante polo irradiador de ideologias racistas do país, a primeira Faculdade de Medicina, em Salvador. Por ela transitou figuras como Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto e outros ideólogos do “racismo científico” dos séculos XIX e XX. A partir de fontes jornalísticas, textos literários, artigos e de produções acadêmicas do período foi possível discutir e analisar as ideologias raciais, bem como os afro-brasileiros reagiram a elas a partir de seus discursos, práticas sociais e estratégias de enfrentamento do racismo.

Palavras-Chave: História. Relações Raciais. Cultura e Sociedade. Bahia. Brasil.

Abstract

The article discusses the position of Afro-Brazilians in the face of racist practices and discourses. The chronological framework of the article refers

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-Doutorado em História na Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. Professor Titular da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: fgsantos@uesc.br.

¹ A frase Tão bom como tão era muito comum entre os ex-escravos, depois do fim da escravidão, para marcar a sua igualdade diante dos demais setores da sociedade brasileira, como se o 13 de maio fosse o marco puro e simples de sua liberdade. “[...] ‘Tão bom como tão bom é a frase que trazem de contínuo na boca os indivíduos de baixa condição’ — conforme escreveu um autor em 1894 [...]”. SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 78.

to a period of discussion of a project for a nation that excluded the Afro-Brazilian population. The geographical framework of the article was defined by the fact that Bahia is home to a large contingent of Afro-Brazilians and is also a center for the production and dissemination of racial ideologies, starting with the Faculty of Medicine and the work of intellectuals such as Nina Rodrigues. The focus on the positioning of Afro-Brazilians aims to highlight their perceptions of scientific racism and their strategies to invalidate it. Periodicals and academic works by Afro-Brazilians and ideologues of racism of the period were used as sources.

Keywords: History. Race Relations. Culture and Society. Bahia. Brazil.

Introdução

No Brasil, entre 1889 e 1937, discutiu-se a construção de um projeto nacional que era incompatível com o grande contingente de não-brancos que compunha o quadro demográfico brasileiro.² Os quarenta e oito anos iniciais do regime republicano brasileiro foi o período em que as classes dominantes, como parte do seu projeto de nação, colocaram em prática ideias racistas e uma série de medidas de cunho eugenista, com o objetivo de levar a população brasileira a um tipo físico e comportamental mais próximo dos europeus.

Como se posicionavam os afro-brasileiros diante de tais ideias racistas do período?

Esta foi a pergunta que permeou a pesquisa. No processo da investigação notou-se duas naturezas de resposta: uma ligada à cultura popular — entendida aqui como as interpenetrações, no Brasil, das culturas de matrizes africanas, indígenas e europeias relidas e manifestadas pelo senso comum da população — e outra a cultura e ciência burguesas — entendida aqui como as aproximações e releituras feitas no Brasil, pelas classes dominantes, dos modelos judaico-cristão, racionalista, cientificista e capitalista de sociedades ocidentais, em particular as francesas, germânicas e anglo-saxãs.

² Utilizo o termo afro-brasileiro, para evitar classificações que incidam sobre a cor da pele das pessoas a quem lhes foram atribuídas essas identificações pelos escravizadores e pelas classes dominantes. Utilizo, também, para identificar indivíduos possuem ascendência africana e cujo ancestrais contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Em outros termos, pessoas que valorizam sua ancestralidade africana e brasileira. O termo “branco”, por outro lado, foi historicamente assumido e ostentado pelos europeus se seus descendentes como marcador de sua suposta superioridade em relação aos outros grupos e é, por esse motivo, que faço a opção pela utilização dos termos “branco” e “não-branco” aqui neste texto. Este último, incluído não apenas afro-brasileiros, mais indígenas, ciganos e todos os demais grupos tratados como inferiores ao longo dos séculos XIX e XX.

A escolha da Bahia, como marco geográfico deste trabalho, deu-se por ser uma unidade da federação de maioria afro-brasileira no período, e, por contar com um importante polo irradiador de ideologias racistas do país, a primeira Faculdade de Medicina, em Salvador. Por ela transitou figuras como Nina Rodrigues, Afrânio Peixoto e outros ideólogos do racismo científico dos séculos XIX e XX.

O texto se aterá aos discursos acadêmicos dos afro-brasileiros e, com a licença do leitor, evocará a memória de três personagens que auxiliaram na caminhada em busca de respostas. O primeiro é um personagem fictício de Jorge Amado, o Pedro Archanjo de Tenda dos Milagres, os outros dois são Manoel Raymundo Querino e Édison Carneiro. É possível enveredar pela discussão e categorização de suas atuações a partir do conceito gramsciano de intelectuais orgânicos, mas este não é o principal objetivo deste artigo e isso implicaria em explorar outras categorias conceituais que tornariam o texto mais longo e talvez denso, o que não é o propósito ao qual ele se pretende no momento.³

Colocando as ideias no lugar

No final do século XIX até as primeiras décadas do século XX se verifica a discussão, no Brasil, de um projeto nacional e as disputas em torno da constituição de uma classe hegemônica, como resultante do fim da escravidão e da monarquia. Por esta razão, o termo “classes dirigentes” está entendido neste texto como um grupo de pessoas, que, tendo acesso às várias instâncias de poder — político, econômico, ideológico —, monopoliza o Estado e outras instituições em benefício próprio. De acordo com Gramsci:

[...] che una classe è dominante in due modi, è cioè «dirigente» e «dominante». È dirigente delle classi alleate, è dominante delle classi avversarie. Perciò una classe già prima di andare al potere può essere « dirigente» (e deve esserlo) quando e al potere diventa dominante ma continua ad essere anche «dirigente»⁴.

³ GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1989.

⁴ Tradução do autor: “que uma classe é dominante de duas maneiras, ou seja, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. Ele é o dirigente das classes aliadas, é dominante nas classes opostas. Portanto, uma classe já pode ser ‘dirigente’ antes de chegar ao poder (e deve sê-lo), quando se torna dominante deve continuar sendo ‘dirigente’”. GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere: edizione critica a cura di Valentino Gerratana*. Torino, Einaudi, Q 1, § 44, 1977, p. 41.

Esclarece ainda Cardoso, que uma classe dominante, isto é, “aquela que controla o Estado e impõe-se às demais classes através do aparato jurídico-político” se torna dirigente quando além de controlar o Estado “estabelece relações orgânicas com a sociedade civil” adquirindo ao mesmo tempo, a capacidade de ser dominante e dirigente, hegemônica”⁵.

Embora capaz de ações conjuntas, esse grupo é heterogêneo — na sua formação, interesses e expectativas — a ponto de conflitarem entre si pela prevalência de seu projeto político. Ele encontra seu amalgama na oposição à maioria que lhe é subordinada.

Assim, quando se enunciar classes dirigentes acompanhado de adjetivo — tais como republicana, nacional ou regional — se quer realçar a distinção de projeto intelectual, social e cultural deste grupo em relação aos demais, na disputa pela hegemonia na sociedade.

No entanto, é necessário afirmar que a maioria dos projetos de Nação discutidos no período não contemplava o contingente significativo de afro-brasileiros do país. O motivo de tal negligência deve ser atribuído à hegemonia das ideias e ideologias racistas no pensamento político das classes dirigentes nacionais.

a raça negra no Brasil por maiores que tenham sido seus incontáveis serviços à nossa civilização há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo [...] consideramos a supremacia imediata ou mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade⁶.

Pode-se entender a prevalência das ideologias racistas apoiada na ciência e no pensamento da época como uma estratégia dos países colonialistas centrais (França e Inglaterra) de subordinação dos países periféricos, localizados na América Latina, Ásia e África⁷. Essas ideologias serviram para justificar o atraso tecnológico desses países a partir de questões demográficas internas, como, por exemplo, os grandes contingentes populacionais de não-europeus e os altos índices de mestiçagem. Os países colonialistas centrais se apresentavam como modelos a serem seguidos. Por outro lado, para que essa

⁵ CARDOSO, Franci Gomes. “Classes sociais e construção da hegemonia das classes subalternas” In *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, pp. 403-418, 2018, p. 408.

⁶ RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, pp. 14-15. [https://doi.org/10.7476/9788579820106]

⁷ QUIJANO Aníbal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” In LANDER, Edgardo. (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires, CLACSO/UNESCO, 2000.

subordinação dos países periféricos se efetivasse, era necessária a aceitação por parte das classes dirigentes nacionais dessas teses racistas.

No caso específico do Brasil, a adesão às ideologias foi quase imediata. As classes dirigentes divergiam nas minúcias devido à sua heterogeneidade de formação, instrução e interesses, porém, posicionavam-se sempre de acordo com essas ideologias raciais.

As motivações para tão pronta adesão estão ancoradas nas questões levantadas com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, que determinou o fim do tráfico de escravos em 1850. O fim do tráfico de escravos significou para o Brasil, não apenas uma crise no sistema de produção baseado no trabalho compulsório, mas também uma ameaça ao sistema de hierarquias sociais estruturadas a partir das relações sociais e de produção escravista.

As classes dirigentes brasileiras se apressaram para criar hierarquias sociais que mantivessem a ordem já estabelecida. E, por condenarem o mesmo contingente subordinado pelas relações escravistas, as ideologias raciais foram utilizadas sistematicamente e se adequaram perfeitamente a essa finalidade. Os mesmos obstáculos impostos pela escravidão para a integração e a ascensão social dos afro-brasileiros na sociedade brasileira foram replicados pelas ideologias raciais. Elas endossaram práticas sociais e institucionais que depreciaram os afro-brasileiros, a partir de sua pressuposta inferioridade biológica e cultural em relação aos brancos. De fato, as ideologias raciais não só mantiveram o *status quo*, como aumentaram os mecanismos e justificativas para impedir não só a ascensão, mas também a inclusão social dos não-brancos.

Porém, com os mesmos atributos e estereótipos com que se classificavam os afro-brasileiros dentro do país, o Brasil era classificado pelos países colonialistas centrais - Inglaterra, França, Alemanha -, em uma escala mundial. Esse fato provocava nas classes dirigentes brasileiras um profundo mal-estar. Daí a adoção de políticas eugenistas, que entre 1870 e 1930, tiveram como principal instrumento a imigração de mão de obra europeia subvencionada pela União e pelos governos estaduais.

Para justificar a exclusão dos afro-brasileiros das atividades sociais, inclusive do trabalho, inúmeros estudos foram produzidos durante esse período, tentando demonstrar o caráter corrupto e degenerado dos afro-brasileiros. Lembra-nos Marco Aurélio Luz que:

Na medida em que o negro passa a ser considerado cidadão, e não semovente, a desigualdade circunscrita no âmbito jurídico

ganha um formidável reforço ideológico para dar embasamento ‘científico’ ao racismo⁸.

Lília Schwarcz defende que a originalidade dos intelectuais brasileiros se manifestou através da habilidade de fazer acomodações entre os dois modelos vigentes no período e opostos em essência, o liberalismo, que propunha o respeito a individualidade dos homens, e as teorias raciais, que propunham a diferença entre os homens a partir de características físicas e biológicas. Unindo-as através de suas lacunas para dar corpo a um projeto nacional, esses intelectuais criaram um mecanismo eficaz de controle e subordinação da parcela da população que esteve sob a instituição escravista e suas formas de dominação⁹.

Outro ponto de discussão nesse período foi a questão envolvendo a saúde pública e o saneamento das cidades. Inicialmente, houve grande aproximação entre as teorias raciais e as ideias higienistas. Os afro-brasileiros eram, por definição, os doentes que comprometiam a saúde das cidades e o progresso do país. Higienizar significava também afastá-los dos centros urbanos.

Thomas Skidmore deu exemplo do pensamento de parte das classes dirigentes brasileiras ao relatar o posicionamento de Monteiro Lobato em relação a figura do caboclo, em sua obra *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*.

Monteiro Lobato idealizou seu Jeca Tatu como uma metáfora do brasileiro que ganhou notoriedade nacional quando, na campanha presidencial de 1919, Rui Barbosa a utilizou para denunciar a crise socioeconômica do país. O personagem de Lobato funcionou como um arauto daqueles que defendiam a adoção de medidas de cunho eugenista, acreditando que elas por si resolveriam os problemas de saúde pública.

Entretanto, o avanço das pesquisas científicas no campo da higiene sanitária fez Lobato promover a ressurreição de seu Jeca Tatu, que após a visita de alguns médicos, curou-se de suas doenças, transformando-se em um homem trabalhador e inteligente. Segundo Skidmore, o princípio que norteava a conversão de Monteiro Lobato era de que “o Jeca Tatu não era assim, estava assim. A ciência viera em socorro do país”¹⁰.

⁸ LUZ, Marco Aurélio. *Agadá: a dinâmica de uma civilização africano-brasileira*. Salvador, Conselho Editorial e Didático da UFBA/SECENEB, 1995, p. 259.

⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 17.

¹⁰ SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz

Essa ideia se manifestava desde a primeira metade do século XIX, como está demonstrado na obra *A morte é uma festa* de João Reis¹¹. Nesta obra, o autor identifica o afincamento dos médicos em sanear a cidade com a crença na ciência redentora e guardiã da civilização.

Esses médicos, [...] acreditava(m-se) capazes de realizar o 'progresso da pátria' porque detinham o saber para fazê-lo. O destaque político que tiveram evidenciou um grupo na luta pela imposição de um ideário que incluía a higienização do país, embora não se restringisse a isso¹².

A relação dos médicos baianos com a população de cor da cidade de Salvador, no final do século XIX e início do XX, é analisada mais detalhadamente por Iraneidson Santos Costa. Seu estudo trata da formação de uma escola de Medicina Legal na Bahia e a relação desta com as teses de Antropologia Criminal na Europa¹³. Neste trabalho, é discutida a utilização das teorias raciais deterministas relacionadas à Antropologia Criminal na Bahia e são analisadas as atuações de intelectuais conceituados nacional e internacionalmente, como Nina Rodrigues, Oscar Freire e Estácio de Lima. Esses personagens estavam empenhados em determinar a potencialidade criminal dos afro-brasileiros e pregavam medidas de cunho eugenista que pretendiam livrar a sociedade do perigo iminente da degeneração racial, representada na figura dos mestiços¹⁴.

Entretanto, ficou patente a inviabilidade dessas medidas de cunho eugenista. Primeiro, por serem investimentos de longuíssimo prazo, tornando o custo financeiro extremamente pesado para os cofres públicos. Segundo, porque esses investimentos não estavam surtindo o efeito esperado, pois estavam fundamentados em premissas falsas, como a da infertilidade dos mestiços ou a inferioridade biológica dos não-brancos.

Ao perceber o pouco efeito dessas políticas eugenistas, as classes dirigentes converteram o discurso de uma forma preconceituosa e conservadora, exaltando o caldeamento das três raças (a indígena, a branca e a negra) para a formação do povo brasileiro, criando com isso o mito da democracia racial,

e Terra, 1976, pp. 193-204.

¹¹ REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

¹² Idem, p. 252.

¹³ COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu régua e compasso: medicina legal, raça e criminalidade na Bahia (1890-1940)*. Salvador, EDUFBA, 2023.

¹⁴ Idem, p. 182.

associado a ideia de que a partir da mestiçagem o brasileiro estaria se convertendo a longo prazo em uma nova raça. Os condicionantes para essa mudança de posicionamento quanto à questão das raças estavam intimamente ligados, também, a uma mudança nos rumos das políticas internacionais dos países colonialistas centrais.¹⁵

Com a ascensão do nazifascismo, na Alemanha e Itália, ideologicamente construído a partir da noção de superioridade e inferioridade biológica das raças, bem como no estabelecimento de hierarquias raciais que tinham como modelo ideal a raça ariana, há uma disputa entre esses “novos países centrais” e os “antigos”. Disputas estas que resultaram na Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Os antigos países centrais, França e Inglaterra, promovem o abrandamento do discurso ideológico racial, optando pela vertente que privilegiava o racismo cultural, esvaziando com isso a ideia de uma suposta superioridade biológica desta ou daquela raça. A noção de superioridade ou inferioridade passou a ser focada em termos culturais, medidos a partir do desenvolvimento tecnológico. Com isso, esvaziava-se, também, o discurso nazifascista.

No Brasil, a partir da década de 1930, as teses tropicalistas de Gilberto Freyre começaram a ser adotadas pelas classes dirigentes. Foi no governo de Getúlio Vargas que foram amplamente difundidas para todo o corpo da sociedade. A mestiçagem, a partir de então, foi assumida e reconstruída ideologicamente em circuitos científicos, literários e artísticos, sendo considerada um mecanismo de elevação cultural das populações de origem africana e indígena a um patamar mais próximo da civilidade europeia. Essa nova visão, ainda que guardando a intolerância quanto à presença demográfica e cultural africana, não era compatível com os postulados raciais anteriores que viam a miscigenação como sinal de atraso e da incivilidade¹⁶. No entanto, em nada favoreceu aos não-brancos nem modificou sua inserção na sociedade brasileira. Ao contrário, criaram-se tensões sobre suas práticas e costumes, pois o que as classes dirigentes nacionais queriam produzir na sociedade brasileira era um contingente populacional à sua imagem e semelhança, ou seja, de mestiços de

¹⁵ Segundo Zilá Bernd, na década de 1920, é entendido como um período em que a ideologia da democracia racial estava em pleno vigor. Entretanto, outros autores como por exemplo, Lília Schwarcz, afirmam que essa ideologia começa a vigorar a partir da década de 1930, tendo como principal marco fundador Gilberto Freyre e suas teses tropicalistas. Ver: FREYRE, Gilberto. *“Casa Grande e Senzala”*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1930; BERND, Zila. *“A introdução à Literatura Negra”*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1988, pp. 62-63 e SCHWARCZ, Lília M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993, p. 248.

¹⁶ SCHWARCZ, op. cit., pp. 235-250.

pele clara que se comportassem à moda europeia. A hierarquização das raças e a colonização interna dos brancos sobre os não-brancos perpetuavam no Brasil os mesmos princípios da estrutura hierárquica colonial e escravista.

A ciência a serviço do racismo

Apreensivas com a flagrante africanização dos costumes brasileiros, as classes dirigentes valeram-se do racismo, às vezes travestido com uma aura de busca da civilização, como um expediente para conter a iminente “supremacia imediata ou mediata da raça negra”, considerada “nociva à [...] nacionalidade”¹⁷.

O conceito de raça, uma criação europeia por excelência, no Brasil, foi utilizado para não comprometer as hierarquias sociais vigentes. Embora em alguns redutos da sociedade, como no meio acadêmico ou no Parlamento, o conceito de raça tenha sido usado explicitamente, na maioria das vezes ele esteve associado, confundido ou até mesmo substituído por outro conceito também em voga no mesmo período: o conceito de civilização. Geralmente, a imprensa, porta-vozes dos interesses das classes dirigentes, manifestavam seu racismo clamando pela civilização dos costumes e pela extinção dos hábitos primitivos, associados aos egressos do cativo.

As classes dirigentes nacionais propunham, em nome da civilização e do progresso, a eliminação cultural e demográfica dos elementos afro-brasileiros do país. A presença destes era considerado por elas um fator de grande vergonha para a nação. Aos seus olhos, o Brasil estava fadado ao atraso enquanto não passasse por um processo de limpeza racial.

Se o conceito (de civilização) “expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”, as classes dirigentes brasileiras não gostavam da consciência que elas tinham do país e de si¹⁸. Aos seus olhos, não havia do que se orgulhar. O Brasil era tido pelos europeus como um país primitivo e no mesmo patamar de países do continente africano. Essa era uma perspectiva insuportável para um grupo que se tinha em alta conta e que se envergonhava do sangue indígena e africano que corria nas veias de seus membros, mas não

¹⁷ RODRIGUES, op. cit., p. 7. Sobre a apreensão das elites baianas quanto à africanização dos costumes ver: VIEIRA FILHO, Rafael. *A africanização do carnaval de Salvador, BA — a recriação do espaço carnavalescos (1876 - 1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995 e FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador” In *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998.

¹⁸ ELIAS, Norberto. *O processo civilizador* (volume 1). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994, p. 23.

de ter feito fortuna se locupletando no trabalho compulsório dos africanos e seus descendentes.

Assim, a frustração das classes dirigentes brasileiras quando se comparavam com as populações das nações europeias era alimentada e, ao mesmo tempo, alimentava as considerações de ordem racista. A partir de tais ideias, amplamente divulgadas entre os setores cultos da época, os intelectuais brasileiros começaram a refletir sobre o país. Para resolver problemas específicos da sociedade brasileira, ou para propor algum tipo de política pública para a melhoria do perfil demográfico do país, os cientistas, vinculados aos interesses das classes dirigentes, adaptaram à realidade brasileira considerações feitas pelo darwinismo social ou pelo determinismo geográfico de Ratzel e Buckle, contribuindo assim com as formulações teóricas e conceitos racistas¹⁹.

A noção de raça passou a influenciar todas as considerações feitas a respeito do Brasil, sua sociedade, sua população e principalmente seu desenvolvimento. Essas reflexões começaram dentro das Faculdades de Medicina, Direito, Institutos Geográficos e Históricos, enfim, nas instituições onde se reuniam os intelectuais que pretendiam refletir sobre a sociedade brasileira. A questão das raças no Brasil era vista, antes de tudo, como uma questão de saúde pública, da qual urgia tomar as devidas providências. Das epidemias aos atos criminosos, segundo o pensamento corrente na época, a questão racial estava no ponto central da discussão: diagnóstico e posologia²⁰.

A ciência, personificada na figura dos médicos, mostrava seu profundo mal-estar em relação à composição demográfica brasileira — já com alto grau de miscigenação. Os médicos não se furtavam a interferir nos variados setores da sociedade para ter suas teses respaldadas²¹.

Não é de outra forma que Nina Rodrigues criticava os juristas e legisladores que redigiram o Código Penal de 1890. Chegava a afirmar que o foco de atenção do Código Penal estava errado, pois não deveria estar voltado para o crime em si, mas para o criminoso. Ele escreveu um livro no qual defendeu que as punições deveriam ser diferenciadas para cada raça e, quiçá, para cada região, de acordo com sua posição na escala evolutiva.

¹⁹ Friedrich Ratzel (1844–1904) foi um etnólogo e geógrafo alemão que atualmente é considerado um dos expoentes da Geografia Moderna e reconhecido como fundador do Determinismo Geográfico; Henry Thomas Buckle (1821–1862) foi um historiador positivista britânico, cuja obra *História da Civilização* na Inglaterra exerceu grande influência na produção de intelectuais brasileiros do século XIX.

²⁰ SCHWARCZ, op. cit., p. 191.

²¹ Idem, p. 182.

Em tal país (o Brasil), o gérmen da criminalidade – fecundado pela tendência degenerativa do mestiçamento, pela impulsividade dominante das raças inferiores, ainda marcadas do estigma infamante da escravidão recentemente extinta, pela consciência geral, prestes a formar-se, da inconsistência das doutrinas penes fundadas no livre arbítrio –, semeado em solo tão fértil e cuidadosamente amanhado, há de pôr força vir a produzir o crime em vegetação luxuriante, tropical verdadeiramente.

III. Posso iludir-me, mas estou profundamente convencido de que a adoção de um código único para toda a república foi um erro grave que atentou grandemente contra os princípios mais elementares da fisiologia humana.

Pela acentuada diferença da sua climatologia, pela conformação e aspecto físico do país, pela diversidade étnica da sua população, já tão pronunciada e que ameaça mais acentuar-se ainda, o Brasil deve ser dividido, para os efeitos da legislação penal, pelo menos nas suas quatro grandes divisões regionais, que, como demonstrei no capítulo quarto, são tão natural e profundamente distintas.”²².

Percebe-se que Nina Rodrigues utilizou uma argumentação que se fundamenta tanto em doutrinas evolucionistas quanto no determinismo climático. Sua crítica aos legisladores brasileiros que fizeram o Código Penal de 1890 incide em dois aspectos: I — A não observação dos princípios da fisiologia humana; II — A adoção de princípios penais baseados em ideais de livre arbítrio. Um equívoco na opinião de Nina Rodrigues, pois esses são princípios que admitem que todos os homens têm a mesma capacidade de avaliar suas ações. De acordo com seus ideais, isso seria o mesmo que comparar a capacidade de julgamento de um adulto com a de uma criança. Em outras palavras, ele acreditava que negros, indígenas e mestiços eram evolutivamente como crianças, assim como as raças arianas eram como adultos. Daí sua luta pela variação do grau de imputabilidade penal levando em consideração a origem racial do indivíduo²³.

Um dos primeiros intelectuais brasileiros a se interessar pela influência dos ex-escravos e seus descendentes na formação da sociedade brasileira, Nina Rodrigues, fundou o que se pode chamar de primeira escola de Antropologia Criminal do país. Esta escola propunha o enquadramento dos indivíduos em

²² RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* [online]. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011, p. 76.

²³ Idem, p. 49.

escalas de marginalidade e periculosidade a partir de suas características físicas. Quanto mais distante do tipo europeu — ariano —, mais “infenso” à civilização e mais socialmente perigoso²⁴.

A seleção das raças num contexto eleitoral

Um dos confrontos entre as oligarquias baianas e as paulistas e mineiras, na tentativa de recolocar a Bahia em uma posição mais evidente no cenário da política nacional e quiçá sair do abandono a que foi relegada pela política do café com leite, deu-se por ocasião do pleito presidencial em 1919.

Disputariam a eleição Epiitácio Pessoa e Ruy Barbosa. Nos jornais baianos, há todo um clima de antagonismo. Ruy Barbosa é aclamado “O candidato nacional”, ao tempo em que se prega a inelegibilidade de Epiitácio Pessoa. Nesta disputa eleitoral, o que mais chama a atenção, e que particularmente interessa a esse trabalho, é a ênfase que se dá à questão racial.

A inelegibilidade do Epiitácio Pessoa é propalada por conta de sua participação na Conferência de Paz que teve lugar em Versalhes, onde ele defendeu, juntamente com o Presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, as desigualdades das raças humanas. No Brasil, as reações a essa atitude foram de insatisfação generalizada. Diz-se a todo momento: [...] não podemos negar a igualdade jurídica das raças, por simples comprazer aos nossos amigos americanos, que contra ela votaram [...]”²⁵. Embora isso revele um aparente paradoxo, já que o voto de Epiitácio Pessoa poderia ser considerado coerente com a crença, e mesmo com as políticas públicas adotadas pelas elites daquele período, alguns setores das elites lideradas por Ruy Barbosa, Miguel Calmon e alguns outros políticos e intelectuais, transformaram o voto do Epiitácio Pessoa em uma de suas bandeiras de luta e de campanha eleitoral. Os comícios de protesto se proliferaram pelo país. Desde os negros e operários, até setores da alta intelectualidade se manifestaram em jornais e em praça pública contra o voto dado por Epiitácio Pessoa.

Ruy Barbosa sabia que, se quisesse ser eleito, era necessário posicionar-se com relação à imagem construída da Bahia como uma terra de mestiços degenerados. Para isso, utilizou Jeca Tatu, a personagem de Monteiro Lobato, como forma de denunciar a crise do país e, ao mesmo tempo, criticar o grupo

²⁴ COSTA, op. cit., pp. 41-49.

²⁵ O IMPARCIAL. “Sem título”, Salvador, 22 de abril 1919, p. 1.

político governista por sua incompetência em lidar com o assunto²⁶. O personagem extraído das páginas de *Urupês* era uma metáfora do povo brasileiro, mestiço, preguiçoso e degenerado. Suas poucas qualidades eram atribuídas a sua herança europeia e que se entendia como comportamentos viciosos, atribuía-se à sua matriz indígena. O africano definitivamente não fazia parte de sua constituição anátomo-cultural. O Jeca Tatu servirá assim, tanto para demarcar a posição de Ruy Barbosa no campo das questões de “saúde pública”, denunciar a crise do país e, principalmente, para lembrar a mineiros e paulistas que eram tão mestiços quanto os baianos.

A estratégia não foi bem-sucedida e o candidato da linha dura de defesa do branqueamento do Brasil obteve a vitória. Apesar de toda a movimentação feita contra o voto de Epitácio Pessoa no Congresso de Versalhes, as oligarquias cafeeiras e pecuárias do Sul conseguiram impor seu candidato.

Longe de serem homogêneas, as classes dirigentes nacionais não possuíam apenas um projeto para a nação. Elas deram mais uma demonstração de suas divergências quanto à questão racial, por ocasião do voto da representação brasileira no Congresso de Versalhes. Na verdade, elas temiam que o Brasil sofresse um processo de colonização semelhante aos que se desenvolviam em alguns países de continente africano e asiático, mas não conseguiam chegar a um acordo.

[...] Mas o voto maléfico ao qual se refere é exatamente a desigualdade das raças e dos povos, uns perante outros; donde se há de inferir, pois que si os nipões, gente forte, armada, numerosa e eficiente, são inferiores ao povo dos Estados Unidos, a massa da população brasileira, rebento viril e esperançoso, mas recente e ainda não armada e preparada, de várias raças, cuja fusão só a ignorância presumida e bronca desconheceria aqui, não poderá pretender melhor qualificação quando posta em confronto [...].²⁷

A maneira para evitar essa assombrosa possibilidade era tentar civilizar o país, leia-se: embranquecer o país, ou melhor, radicalizar o processo que já vinha se desenvolvendo desde o meado do século XIX. Não existindo mais a figura do imperador D. Pedro II, o erudito, o homem de ciência, que apresentasse uma imagem favorável do Brasil na Europa e, que aos olhos desta, representasse um filho seu a trazer as luzes à selva, temia-se a possibilidade de

²⁶ SKIDMORE, op. cit., pp. 193-204.

²⁷ O IMPARCIAL. “Sem título”, Salvador, 18 de maio 1919, p. 1.

o país perder sua soberania²⁸. Urgia civilizar a nação, ver-se livre dos resquícios do passado colonial, fossem eles na arquitetura, nas tradições, nos hábitos de higiene, enfim, de usos e costumes cotidianos considerados atrasados e incivilizados, atribuídos a negros e mestiços.

Na Bahia, essa preocupação era ainda mais acentuada. Em cada rua, em cada prédio da cidade, viam-se os resquícios de um passado que se queria esquecer. As ruas ainda eram o espaço das vivências e sobrevivências dos afro-brasileiros, que já começavam a disputar esse espaço com as famílias que queriam passear à moda francesa. E, os jornais já bradavam:

[...] As ruas e as praças da cidade, sem exceção alguma, além do capim, estão diariamente, e para vergonha nossas cheias de todos os detritos, de todas as sujidades, de tudo que fala ao desasseio [...] o morador da Bahia se acostuma ao bonde elétrico, ao jardim sem gradeamento, às modas up-to-date, a tudo de bom e de mau, que nos vem do estrangeiro, e demora em sujeitar às boas práticas da boa higiene. Comparada a certas capitais do Brasil, grandes e pequenas, a Bahia parece um quintal. E quintal de casa baiana [...] O quintalejo aqui, espécie de chamado resto de cozinha dos homens primitivos, é como os esgotos de Paris para receber tudo [...]”²⁹.

Enquanto outras capitais se modernizavam, “[...] Salvador se mantinha inerte, paralisada no tempo, conservando lembranças dos tempos coloniais [...], tanto nos hábitos da população quanto materialmente [...]”³⁰. Não chegavam as levas de europeus civilizados ao seu território. Ao mesmo tempo, presenciava-se a ação de agentes paulistas dentro de seus sertões, a seduzir os sertanejos para irem a São Paulo, ocupar os postos de trabalho em regiões onde os europeus se recusavam a ir, agravando ainda mais sua crise de mão de obra³¹. Em 1933, Antônio Viera de Mello criticava a secundarização dos trabalhadores nacionais do norte do país em favor dos colonos europeus, em suas palavras³²:

²⁸ SCHWARCZ, op. cit., p. 31.

²⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. “Sem título”, Salvador, 25 de outubro 1912, p. 5.

³⁰ Idem, p. 51.

³¹ SAMPAIO, Consuelo Novaes. *O poder legislativo na Bahia: Primeira República (1889-1930)*. Salvador, Assembleia Legislativa, UFBA, 1985, pp. 32-37.

³² Advogado e Jornalista, divulgador da obra de Alberto Torres e membro da Sociedade Amigos de Alberto Torres, participou da caravana que resultaria no livro de Armando Magalhães Correia *Os Sertões Cariocas*, publicado no Rio de Janeiro pela Imprensa Nacional em 1936.

[...] vários proprietários estrangeiros, foram todos unânimes em sustentar a superioridade do brasileiro pela resistência, pela fidelidade aos compromissos, pela agilidade de aprender e pelo espírito de ordem [...]³³.

Entretanto:

[...] é de conhecimento universal - que ao brasileiro cabe sempre o trabalho mais pesado das derrubadas, e que estrangeiros encontram terreno aplainados nas suas linhas mais ásperas. Os fazendeiros depois de se servirem do nortista para o pesado despedem-no para dar lugar ao colono europeu [...]³⁴.

Esse artigo de Antônio Vieira de Mello bem poderia ser um aparte nas defesas feitas a respeito de um projeto de política agrária para o Brasil. As posições adotadas nesse debate eram conservadoras e favoráveis ao modelo latifundiário vigente, divergiam, entretanto, na definição de quem serviria de mão de obra na atividade produtiva do país. Alberto Torres³⁵, por exemplo, propunha o aproveitamento do “elemento nacional”, aproximando-se com isso do novo paradigma racial, que não enxergava a necessidade de promover o branqueamento da população, pois acreditava na adaptabilidade dos afro-brasileiros aos trópicos³⁶. Oliveira Viana, por sua vez, considerava não só necessária a manutenção do modelo latifundiário, como continuava fiel aos postulados raciais anteriores, considerando necessária a utilização de mão de obra europeia³⁷. Assim, embora a divergência quanto a definição da mão de obra a ser utilizada no Brasil não fosse novidade, remontava a pelo menos 1870, ano de assinatura da Lei do Ventre Livre, resistindo até a década de 1930. Ela colocava em campos opostos os proprietários nordestinos e sulistas³⁸.

Com a aceleração do processo de urbanização, esse problema não se restringiu apenas ao trabalhador rural, transcendeu também para a esfera do trabalho urbano com o início do processo de industrialização do país³⁹.

³³ O IMPARCIAL. “Sem título”, Salvador, 17 de novembro 1933, p. 4.

³⁴ Idem.

³⁵ Alberto de Seixas Martins Torres foi Governador do Rio de Janeiro entre 1897 e 1900, jornalista e um dos poucos intelectuais do final do século XIX e início do XX que não criticava a formação e o perfil racial brasileiros.

³⁶ TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo, Ed. Nacional, 1978, pp. 114-147.

³⁷ OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. *Evolução do povo Brasileiro*. São Paulo, 1930, pp. 185-186.

³⁸ ANDRADE, Manoel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo, Ática, 1987, p. 26.

³⁹ HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdade racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1979, pp. 166-167.

Embora tenha sido acentuado o choque das classes dirigentes brasileiras com o aumento da importância das cidades, com a emergência do movimento operário, o choque da revolução bolchevique na Rússia e com o contingente branco europeu socialista e anarquista, até a década de 1930 a principal atenção era dedicada à manutenção de um modelo agroexportador de desenvolvimento e, portanto, aos problemas enfrentados pelos proprietários rurais.

Como as questões da mão de obra e do perfil racial do brasileiro estavam intimamente ligadas, esperava-se a chegada dos trabalhadores europeus para que estes melhorassem a composição racial do Brasil. Na disputa por braços para suas lavouras, os proprietários rurais baianos foram duplamente alijados do processo. Primeiro, com a evasão de sua força de trabalho para a região sudeste e, segundo, porque sabiam que os poucos recursos do Estado e os seus não eram capazes de financiar, sem o apoio dos recursos da União, a colonização de suas terras.

Nina Rodrigues havia afirmado que “[...] os negros existentes logo se diluirão na população branca e estará tudo terminado [...]”⁴⁰. Afrânio Peixoto previa que:

Essas sub-raças de passagem tendem a desaparecer, reintegrada a raça branca na posse exclusiva da terra. Ainda uma vantagem portuguesa: o cruzamento com o negro, exterminando-o nas diluições sucessivas de sangue branco em que o afogará, cessado de vez o tráfico africano. Em trezentos anos mais, seremos todos brancos⁴¹.

A mestiçagem era um dos caminhos apontados para resolver a questão racial no Brasil, entretanto as classes dirigentes baianas se defrontavam com outro problema: como se civilizar ao Estado da Bahia sem a introdução dos colonos europeus? Corria-se o risco dele se assemelhar ainda mais com a Costa d’África.

E quanto aos negros e mestiços, os afro-brasileiros, tão frequentemente malvistas e marginalizados por sua descendência e pela herança de um passado escravo, como se envolviam com as políticas públicas que diretamente os afetavam? Como os seus hábitos e interações sociais eram moldados em nome de uma ideia de “civilização”?

⁴⁰ RODRIGUES, op. cit., Os africanos no Brasil, p. 5.

⁴¹ PEIXOTO, Afrânio Júlio. *A esfinge*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1919, p. 400.

Recém-saídos da escravidão, eles possuíam uma proposta bem ousada. Buscavam imprimir suas formas de relacionamento, suas relações de trabalho, enfim, suas feições à sociedade brasileira. Nessa situação de contato cultural, seduziam-se com seus costumes e eram seduzidos, parcial ou inteiramente, pelos mesmos ideais e práticas que visavam sua exclusão social, mas não necessariamente com a mesma ótica das classes dirigentes.

Suas práticas e seus discursos eram entrecortados por indefinições, contradições, reformulações. Os avanços e retrocessos evidenciaram-se por serem manifestações culturais e, como tal, sofriam os efeitos da circularidade cultural e passavam por novas elaborações⁴².

No meu entender, os intelectuais apresentados a seguir têm muito em comum. Foram afro-brasileiro que se dedicaram ao estudo e à preservação da cultura afro-brasileira; os três possuíam uma militância ao lado da classe operária e os colocavam como intelectuais a serviço do povo⁴³.

Pedro Archanjo, como personagem de Jorge Amado é um amalgama literário das experiências muitos indivíduos como Luís Anselmo da Fonseca⁴⁴, Manoel Querino e Édison Carneiro. Intelectuais afro-brasileiros que se opuseram à escravidão e ao racismo. Ele, enquanto personagem responde a um anseio de Jorge Amado de se posicionar em relação às discussões da década de 60 a respeito de uma “crítica dialética da cultura popular”. Nesse momento de crítica há uma valorização do conceito de alienação, e, as crenças populares eram vistas como obstáculos para a humanização das massas por serem fatores alienantes. Elas estariam envoltas em um misticismo fatalista e passivo, que submeteriam as massas ao julgo econômico e à dominação burguesa.

Assim, na lógica desses intelectuais da década de 60, para defender-se, o povo havia que se distanciar de suas crenças e tradições irracionais. A “razão” impunha esse distanciamento. Entretanto, em Tenda dos Milagres, o que salta aos olhos são justamente aqueles elementos que conscientemente seus autores criticaram que funcionam como amálgama das solidariedades populares.

Archanjo ao se converter em uma liderança que conduzia o seu povo e ao exercer esse papel passou por um processo de estranhamento ou pelo

⁴² O conceito de circularidade cultural é utilizado aqui com a mesma conotação que dá MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo, Companhia da Letras, 1986.

⁴³ Ver: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.

⁴⁴ SANTANA, Isabel Almeida. *Luiz Anselmo da Fonseca: um médico e abolicionista baiano no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018.

menos de distanciamento com relação às crenças do povo que se arvorava a representar e/ou defender. No entanto, sem conseguir quebrar o vínculo que possuía com essas crenças, era através desse vínculo que ele era reconhecido e respeitado.

Da mesma forma que Pedro Arcanjo, alguns intelectuais afro-brasileiros também circularam por diversos meios sociais, envolvidos em variadas lutas sociais, ao longo de suas vidas. Alguns desses, hoje “baianos ilustres”, também se comprometeram na defesa da cultura e dos valores de “seu povo”, às vezes de modo tão abnegado quanto o personagem de Jorge Amado. Manoel Querino e Edison Carneiro são dois bons exemplos, cada um a seu tempo tentou demonstrar a contribuição da civilização africana e buscou compreender o seu papel no processo de formação do Brasil. Eles, assim como Arcanjo, dialogaram com os dois universos culturais da sociedade baiana, o popular e o acadêmico; com o saber das Casas de Santos e dos círculos de letrados.

Manoel Querino esteve ligado ao movimento operário baiano do final do século XIX e início do XX, sendo a sua trajetória como militante da classe trabalhadora ainda carente de um estudo mais aprofundado. Édison Carneiro foi um militante do Partido Comunista do Brasil (PCB) perseguido pelo Governo Vargas e viveu na clandestinidade inúmeras vezes. Já o personagem de Jorge Amado esteve envolvido na Greve da Circular, o que lhe valeu o papel de liderança do movimento e uma demissão que o jogou na indignação e no esquecimento⁴⁵.

Entretanto, antes de abordar a contribuição destes afro-brasileiros, faz-se necessário assinalar o que representa esse processo de estranhamento em relação à cultura de origem, que não é apenas um recurso literário utilizado por Jorge Amado. Ele esteve presente também fora da ficção e afetou Manoel Querino e Édison Carneiro.

A trajetória de vida dos personagens históricos e ficcional é marcada por um estar em linha de fronteira, onde o diálogo com a cultura e ciências burguesas deixam marcas em suas crenças e modos de agir. Por isso, eles

⁴⁵ Movimento ocorrido na Cidade de Salvador que se inicia com uma greve dos trabalhadores da empresa Circular de Bondes e que depois se desdobra em um movimento de protesto generalizado contra a carestia. É também conhecido como “Quebra-bonde” e está relacionado à Revolução de 1930 e aos 15 anos de intervenção federal no Estado da Bahia. Ver.: Negro, Antônio Luigi; Brito, Jonas. “Insurgentes incendeiam a cidade da Bahia. O Quebra Bondes e a Revolução de 30” In *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 33(71), pp.579-599, 2020. [<https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300008>].

deixam de ser “crentes e convictos” para se converterem em intelectuais a serviço do povo pobre.⁴⁶

A apropriação da cultura e ciência burguesas funcionou e ainda funciona como uma forma de resistência. Conhecer a linguagem e os sinais diacríticos do outro é uma manifestação de poder. É ter estratégia que permite utilizar essa mesma linguagem e sinais em benefício próprio; construir discursos de si, sobre si e sobre os seus, tendo controle discursivo sobre sua própria identidade. Enfim, permite aos afro-brasileiros deixarem de ser objeto do discurso de outros, para se transformarem em produtores de discursos sobre si mesmo e sobre o mundo, a partir das formalidades e convenções da cultura e ciências burguesas.

Objetivamente, não se ignora o fato, como já sinalizado, de que essa apropriação abriu brechas para cooptação. No caso específico de Querino e Carneiro, os valores negociados foram incorporados e passavam a influenciar a leitura desses intelectuais afro-brasileiros sobre o modo de vida e costumes das camadas populares. Entretanto, essa cooptação é pontual e não excludente, até porque a cultura e ciências burguesas também se fundem à cultura popular e afro-brasileira, caldeando, nos acordos que estabelecem entre si, aquilo que se convencionou chamar de senso comum.

O discurso dos intelectuais afro-brasileiros

A aproximação dos intelectuais afro-brasileiros do padrão de cultura e ciência burguesas era uma das maneiras de inserção na sociedade e de desenvolvimento de estratégias de desconstrução de estereótipos em torno de si. Todavia, o uso desses sinais diacríticos não deixou de ser criticado e ridicularizado. A reação mais imediata era desautorizar e achincalhar o afro-brasileiro que se atrevesse a emitir uma opinião que não fosse, no mínimo, consensual.

Esse foi o objetivo do jornal *O Tempo* ao publicar uma nota de repúdio ao artigo *A Bahia Caloteira!*, veiculado pelo jornal *A Tarde*⁴⁷. O artigo protestava

⁴⁶ A alusão a “crentes e convictos” e

“povo pobre” refere-se ao trecho da obra *Tenda dos Milagres*, onde Pedro Archanjo aceita uma tarefa a ele incumbida por Mãe Pulquéria, mas rejeita o pagamento pelo trabalho, apesar de encontrar-se em situação financeira delicada. Cito: “Tomo a incumbência, mãe Pulquéria, obrigação de Ojuobá e prazer de amigo, com uma condição: faço de graça, não aceito pagamento, não me ofenda, minha Mãe. Pensou consigo: se ainda acreditasse no mistério, se não houvesse penetrado o segredo da adivinha, talvez pudesse, crente e convicto, receber dinheiro do santo”. AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*, 39ªed., Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 304.

⁴⁷ À TARDE. *A Bahia Caloteira*, Salvador, 14 de outubro 1919, p. 2.

contra a falta de pagamento dos salários dos professores primários e dizia, entre outras coisas:

O princípio da tirania foi sempre a crueldade o sacrifício à liberdade, a elevação do servilismo, o amor às trevas e o ódio ao professor da infância.

Triste desgraça que me força a desespero de vida gritar:

Estou condenado à fome porque não me pagam longos meses desde 1918 até 1919!⁴⁸.

O jornal *O Tempo* lança-se em fúria a rebater o artigo *A Bahia Caloteira!* sem, no entanto, rebater com argumentos as denúncias de atraso de salário dos professores. Preferiu tratar a questão apontando o dedo para o Prof. Cincinnato da Franca, personificando a disputa, para em seguida desautorizá-lo e desmoralizá-lo. Esse comportamento exemplifica a postura intolerante da sociedade brasileira em relação a críticas. É ilustrativo desta postura a forma como o jornal *O Tempo* inicia o texto da nota de repúdio:

Um idiota qualquer, pernóstico a valer e, como todos eles, sem compostura, sem gramática, destituído de senso, desprovido de critério, arrumou num vespertino de ontem tremenda descompostura na Bahia.

O estilo anagoso, entretanto, trai flagrantemente o autor do mistifório, um preto mina, tirado a sabichão, que se quer vingar na Bahia dos apupos com que a garotada alegre assinala sua passagem pelas ruas, apontando, azucrinando, amofinando o – Fessô⁴⁹.

Para desqualificar o Professor Cincinnato da Franca, o jornal *O Tempo* utilizou algumas palavras que funcionam como estigmas, insígnias lançadas que vão desqualificar qualquer afro-brasileiro relativamente instruído. Nessa estratégia de desqualificação, é reconhecido algum domínio dos sinais diacríticos da cultura e ciência burguesas, mas de forma canhestra. Expressões como pernóstico e “tirado a sabichão” são utilizadas, ao sugerirem um domínio minguaço que o afro-brasileiro faz questão de exagerar e alardear aos quatro ventos.

O que pode ser mais irritante aos olhos das classes dirigentes republicanas e pós-escravistas que um afro-brasileiro “tirado a sabichão”, ou seja,

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ O TEMPO. *A fama do Cincinnato*, Salvador, 15 de outubro 1919, p. 2.

que possui e utiliza com competência os sinais diacríticos e informações da cultura e ciência burguesas?

É nesse ambiente cheio de convenções e de expectativas com relação à conduta dos afro-brasileiros que Édison Carneiro e Manoel Querino desenvolvem as suas pesquisas e escreveram suas obras. A seu modo, cada um deles tentou demonstrar a importância dos afro-brasileiros na formação sociocultural do Brasil.

Édison Carneiro (1912–1972)

Intellectual de formação acadêmica em Direito e sempre muito zeloso de inferir dos seus estudos um caráter científico, Édison Carneiro foi levado desde cedo a frequentar as festas de Santo em Salvador, encontrou em seu próprio pai o exemplo e o guia para as suas incursões no mundo da cultura e da tradição afro-brasileira⁵⁰.

Édison Carneiro, Aydano Couto Ferraz e Reginaldo Guimarães organizaram, em Salvador, o II Congresso Afro-brasileiro no ano de 1937. Distintamente do I Congresso Afro-brasileiro em Recife, na edição baiana do congresso, os depositários da cultura afro-brasileira estiveram no mesmo patamar dos estudiosos nacionais e estrangeiros sobre o assunto, com um discurso de autoridade, usando os sinais diacríticos da cultura dominante, deixando de ser apenas objeto do discurso de outros e passando a produtor de discursos sobre si mesmos⁵¹. Esta, talvez, tenha sido a maior contribuição do jovem Édison Carneiro, os afro-brasileiros não figuraram neste evento apenas como objeto da ciência.

De um modo particular e com preocupações díspares das de Manoel Querino, Édison Carneiro, por vezes, não lhe poupou críticas. Era mais simpático à Nina Rodrigues⁵². O que buscava afinal Édison Carneiro com os seus estudos?

Antes de tentar responder a esta questão, melhor seria buscar entender quais eram as suas preocupações e considerações com relação aos afro-brasileiros. Em outras palavras, no que Édison Carneiro acreditava?

⁵⁰ OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo, Corrupio, 1987, pp. 25-26.

⁵¹ Entende-se aqui por sinais diacríticos os elementos que servem para distinguir e delimitar espaço e formas de convivência entre dois grupos.

⁵² Edison Carneiro era, ao lado de Arthur Ramos, um dos mais ativos integrantes da chamada Escola de Nina Rodrigues, ou seja, perpetuadores dos estudos etnográficos deixados por Nina Rodrigues.

Como todo etnólogo de seu tempo, Édison Carneiro acreditava que os fenômenos e manifestações aos quais se dedicava a estudar estavam prestes a desaparecer, portanto, urgia registrá-las e analisá-las para delas se ter memória. Ele não acreditava que a razão impunha o distanciamento da cultura popular. Antes disso, com os olhos aguçados, ele buscava ver a resistência e a luta de classes nas manifestações culturais que estudava e, quando não as encontrava, não media as críticas. Por exemplo, em um artigo sobre o samba publicado em 1936, ao analisar a letra de alguns sambas de roda, Édison Carneiro parece impacientar-se:

O canto, disse eu, é monótono. Em geral, há apenas um verso para o solo, um verso para o coro, sempre no mesmo tom. Por vezes, mas só por vezes, o solo é mais rico, mas o samba continua pobre em matéria de música⁵³.

Para momentos depois se “rejubilar” ao encontrar elementos passíveis de uma análise dos conflitos de classes. O tom de suas afirmações revela o que ele procurava:

Além do que este samba nos da satisfação do negro pela desgraça do senhor o negro quer ver o fogo laborá no canavial e se rejubila como o prejuízo da queima do melado, - luta de classes, exatamente!⁵⁴

O samba ao qual Édison Carneiro se refere é o seguinte, e segundo ele próprio, é o “mais interessante que pode registrar pelas reminiscências da escravidão, do trabalho nos canaviais e nos engenhos do recôncavo”⁵⁵:

Toca fogo na cana ...
- No Canaviá!
Quero vê laborá ...
- No Canaviá!
Olh’a a cana madura ...
- No Canaviá!
Ella é verde, é madura ...
- No Canaviá!
Pra fazê rapadura ...
- No Canaviá!
O moinho pegou fogo ...

⁵³ O ESTADO DA BAHIA. “Sem título”, Salvador, 20 de maio 1936, p. 5.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Ibid.

- No Canaviá!
Queimou o melado ...
No Canaviá!⁵⁶

E, continua ainda Édison Carneiro a sua análise deste samba: “ainda temos aqui a vida material dando lugar ao aparecimento de formas intelectuais, — a superestrutura, de Marx, — corroborando a tese do materialismo histórico⁵⁷.”

A intenção de Édison Carneiro é conectar os elementos de resistência, por ele percebido na cultura afro-brasileira, ao modelo marxista de explicação. A possibilidade de realização deste intento com sucesso teria transformado o samba em questão em um dos mais interessantes e, portanto, digno de registro.

Neste aspecto, Édison Carneiro está próximo da experiência do personagem Pedro Archanjo. Ele “adentrou o segredo das adivinhas”. Isto é, ele foi um intelectual que dialogou com os dois universos culturais: o popular e o da cultura e ciência burguesas. Ao fazê-lo, comprometeu-se com uma causa: a do socialismo, uma ideologia de matriz europeia.

Por isso, o seu olhar de etnólogo estava preocupado com a preservação dos valores da tradição, não com a atuação dos afro-brasileiros na construção de novos processos e elementos culturais dinâmicos e ativos na sociedade em que viviam. Era preciso fazer registro desse universo para poder ressaltar a desobediência do escravo ao senhor de engenho, da capoeira e do candomblé à repressão policial.

Enfim, Édison Carneiro foi um intelectual afro-brasileiro que descreveu uma trajetória que o aproximou, mais do padrão de pensamento europeu que afro-brasileiro, mas que nem por isso deixou, como Pedro Archanjo, de se transformar em um intelectual do povo pobre, em um estudioso que se envolve, tornado estudioso por força do seu envolvimento.

Manoel Querino (1851–1923)

Ao se analisar a obra de Manoel Querino, percebe-se a existência de duas ideias recorrentes. A primeira é a ideia da contribuição cultural e material dos africanos para a formação do Brasil. A segunda é a afirmação de que não há uma incompatibilidade entre os egressos do cativo e o ideal de civilização

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid.

aspirado pela sociedade brasileira. Antes disso, eles haviam contribuído significativamente para a formação cultural brasileira.

No caso do artigo *O colono preto como fator da civilização brasileira*⁵⁸, publicado pela primeira vez em 1918, Manoel Querino fez uma análise da colonização que coloca a contribuição africana para a civilização brasileira em um patamar de igualdade em relação às demais contribuições. Ao fazer isso, posicionou-se também no sentido de desconstruir a imagem romantizada do português navegador e colonizador. No exercício, Manoel Querino produz uma crítica lúcida e ainda atual de quais teriam sido os impulsos motivadores do despertar lusitano para a sua colônia na América. Essa crítica à forma de colonização funciona também como uma resposta àqueles que se arvoram a defender a latinidade brasileira, esquecendo-se de olhar a flagrante presença demográfica e cultural africana na formação da sociedade brasileira.

O momento histórico em que escreve Querino é deveras delicado para assuntos relacionados às questões de reconhecimento das contribuições raciais. As classes dirigentes nacionais e regionais não queriam se ver à frente de um país que era considerado pela Europa como “tipicamente miscigenado”. É neste contexto que o artigo de Manoel Querino vem apresentar um novo quadro histórico, em que o afro-brasileiro se apresenta não mais como um estrangeiro, mas como um colaborador ativo e constante na formação da sociedade e da história brasileira.

Usando trechos de Latino Coelho, Manoel Querino conduz o leitor a perceber o fracasso da empresa colonial portuguesa como fruto da incompetência administrativa⁵⁹:

Legislamos, como se fossem os portugueses de além-mar os párias da metrópole. Governamos, como se o Brasil fosse apenas uma herdade, onde trouxéssemos agages e opressos jornaleiros [...] ⁶⁰.

Declaramos por atentado que só um prelo difundisse timidamente a sua luz naquelas regiões escurecidas. Condenamos por subversivas, as sociedades literárias.

Receamos que a mínima ilustração do pensamento nos roubasse a colônia emancipada.

⁵⁸ QUERINO, Manoel. “O colono preto como fator da civilização brasileira” In *Afro-Ásia*, n. 13, 1980.

⁵⁹ Em nota de rodapé, Manoel Querino informa ter extraído a citação de LATINO COELHO, José Maria. *Elogio Histórico de José do Bonifácio*. Lisboa, Typographia da Academia, 1877. Entretanto, ele não informa as páginas de onde retirou o texto.

⁶⁰ Expressão derivada do francês “a gage” cujo significado é contratado. Assim, a frase foi interpretada como: “onde trouxéssemos contratados e oprimidos jornaleiros”.

E juntava o mesmo escritor:

O que nos sobra em glória de ousados e venturosos navegantes,
mingua-nos em fama de enérgicos e previdentes colonizadores.
Conquistamos a Índia para que estranhos a lograssem⁶¹.

Manoel Querino continua citando o escritor português em meia página, introduzindo a ideia de que os portugueses não foram capazes de manter suas conquistas. Foram os primeiros a chegar à África e à Ásia, fazendo-se conhecer o nome lusitano até o Japão, perdendo, no entanto, suas possessões para outros povos menos inertes e remissos que os disputaram, tomaram-nas e usufruíram os benefícios que os portugueses não foram capazes de usufruir.

Depois de situar o seu leitor nos motivos que levaram os lusitanos a voltarem suas vistas esperançosas para a América Portuguesa, Manoel Querino volta a reforçar a ideia inicial de despreocupação portuguesa com ilustração em benefício da aventura e da espada. Para isso, utiliza outra longa citação, desta vez do General Abreu e Lima⁶².

Os portugueses eram bons soldados e bons marinheiros empreendedores, valentes e desnodados, porém nunca foram conhecidos senão como conquistadores [...]

Das regiões mais distantes apenas conhecíamos as riquezas que serviam de estímulo à cobiça dos novos argonautas; nada sabíamos, que pudesse interessar às ciências e às artes, até que outros povos participassem igualmente de seus despojos: foi então, que pudemos conhecer as produções da natureza naqueles climas variados⁶³.

Querino usa três autores, dois deles de origem portuguesa, para corroborar sua percepção do colonizador português. Nos trechos extraídos acima é perceptível as críticas à inabilidade portuguesa em administrar suas colônias, a pouca predisposição em contribuir com a construção do conhecimento e circulação de informações e a incompetência para manter as conquistas na Ásia e África. Restou aos portugueses o Brasil, observa Querino, através do qual Portugal resolvera assegurar para si “um próspero futuro”.

⁶¹ QUERINO, op. cit., p. 143.

⁶² A segunda crítica de Manoel Querino à colonização portuguesa foi fundamentada em um trecho do livro *Esboço Histórico, Político e Literário do Brasil*, de autoria do General Abreu e Lima. No entanto, Querino não apresenta dados sobre a página, o local e o ano de publicação deste livro.

⁶³ QUERINO, op. cit., p. 144.

As palavras dos autores citados foram utilizadas por Querino, dentro deste contexto, com duas intenções intercaladas. A primeira é fundamentar a sua crítica, demonstrar que seu pensamento não era isolado. Praxe no meio acadêmico. Com isso, se eximia de ser acusado como autor de um “disparate”. A segunda é demonstrar a sua erudição.

Sua análise da colonização inicia-se pela relação estabelecida entre os colonos e os indígenas. Segundo Querino:

Iniciada a colonização com os piores elementos da metrópole, o índio insubmisso revoltou-se contra a tirania e a injustiça de que fora vítima, com a exploração da sua atividade nos trabalhos da lavoura⁶⁴.

No segundo capítulo de seu artigo, Querino se dedica às competências técnicas que os africanos trouxeram para o Brasil. Segundo o autor, essas habilidades eram aquisições provindas da influência árabe. Trazidos para o Brasil para “substituírem” os escravos indígenas, tidos como “mui inconstantes e menos seguros, sobre ser uma propriedade muito controvertida entre os colonos e as autoridades”, os africanos, foram empregados para substituírem os lusos que para cá vieram e, que por conta da sua incapacidade de resistir ao rigor dos trópicos ou por suas pretensões de fidalguia, furtavam-se a trabalhos de qualquer natureza⁶⁵.

Na argumentação de Querino percebe-se a manutenção da sua crítica à forma e motivação da colonização portuguesa no Brasil. Por outro lado, há também a utilização de princípios do determinismo climático para explicar o emprego do “braço possante do africano para impulsionar e intensificar a produção de cereais e da cana-de-açúcar e desenterrar do seio da terra os diamantes e metais preciosos”⁶⁶. Essa linha de argumentação era tanto utilizada pelos europeus para justificarem a escravidão, como para posteriormente defenderem ideias racistas e que justificassem o atraso e a degeneração das populações dos trópicos.

A essa explicação determinista dos fatores condicionantes para o uso do africano como escravo, em voga no seu tempo, Querino não foi capaz de resistir. E completa:

⁶⁴ Ibid., p. 144-145.

⁶⁵ Ibid., p. 146.

⁶⁶ Ibid., pp. 145-146.

Sem isso [a escravidão africana], difícil senão impossível era pegar no País a colonização com o elemento europeu, tanto mais quando ao iniciar-se esta, afora os serventuários da alta administração, as primeiras levas eram de degredados, de indivíduos viciosos e soldados de presídio⁶⁷.

Com essa afirmação, Querino sugeriu que, não só o empreendimento da colonização foi viável com o emprego do africano, como a sua vinda à América portuguesa foi um elemento de neutralização dos vícios trazidos pelos europeus.

No trecho que segue à citação acima, Querino tentou demonstrar a influência do escravo no progresso econômico da colônia, associando esse fato às suas qualidades pessoais.

a primeira folheta de ouro encontrada na margem do Rio Funil, em Ouro Preto, coube a um preto bandeirante; bem como a descoberta do diamante ‘Estrela do Sul’. Laborioso como era, muito embora com o corpo sevicado pelos açoites do feitor, estava sempre o escravo negro, obediente às suas determinações⁶⁸.

Estoicos, laboriosos e cumpridores de suas obrigações. É essa imagem que Manoel Querino construiu dos escravos. Em princípio, pode-se confundir esse quadro montado por ele como de certa passividade do escravo com relação a seus opressores. Afinal, por que um escravo tiranizado por seu senhor seria tão diligente no cumprimento de suas tarefas?

Melhor seria perceber essa construção do discurso de Querino como um recurso retórico. Ele mostrou um quadro de contrastes, um quadro onde interessava salientar as imperfeições dos colonos brancos e realçar as virtudes dos “colonos pretos”, mesmo que para isso o colorido fosse um pouco alterado e as insubmissões e rebeldias fossem amainadas, porém, não desconsideradas.

Ao analisar as formas de resistência coletiva, Querino continuou buscando realçar as qualidades dos “colonos pretos”. Ele fez a escolha pelos quilombos, especialmente o de Palmares. Mais uma vez, estabeleceu comparação um tanto anacrônica entre africanos e europeus.

Os escravos gregos eram instruídos tanto nos jogos públicos como na literatura, vantagens que o africano escravizado na

⁶⁷ Ibid., p. 147. Acrescentei a expressão escravidão africana entre colchetes para situar o contexto ao qual o autor se referia.

⁶⁸ QUERINO, Ibid., p. 148.

América não logrou possuir, pois o rigor do cativo que não consentia o menor preparo mental, embotava-lhe a inteligência. Sem embargo, mostrou-se superior às angústias do sofrimento, e teve gestos memoráveis de revolta buscando organizar-se em governos independentes. Conhecia as organizações guerreiras e se predispôs para a defesa de sua cidadela de Palmares [...] O escravo grego ou romano, abandonando o senhorio, não cogitava de se organizar em sociedade regular de território que por ventura se apoderava; vivia errante ou em bandos entregues à pilhagem⁶⁹.

No quadro 1, montado a partir da argumentação de Manoel Querino, percebe-se as principais oposições entre africanos e europeus, identificadas por ele em seu artigo. A partir dessa identificação nota-se a intenção do autor de desconstruir duas ideias, a de que o “branco europeu” era em tudo superior às demais raças, como se alardeava no período, e, como decorrência dessa premissa, a de que a presença da raça negra era um elemento de degeneração e de atraso social e econômico do país.

Estabelecendo uma comparação, Manoel Querino evidenciou a contribuição dos afro-brasileiros de uma forma diferenciada da que Nina Rodrigues fizera anos antes.

Quadro 1: Comparativo das experiências de africanos e europeus segundo Manoel Querino

Europeus e Portugueses	X	Africanos e Mestiços
Conquistadores e aventureiros	X	Colonos
Despreparados como administradores coloniais	X	Preparados para o trabalho na América
Despreparados para o clima dos trópicos	X	Preparados para o clima dos Trópicos
Viciosos e pouco afeitos ao trabalho	X	Estoicos e laboriosos
Tirânicos	X	Obedientes
Escravos instruídos em jogos públicos	X	Escravos com inteligência embotada
Escravos europeus: quando livres, saqueadores errantes	X	Escravo negro: fundador de sociedades organizadas e regulares

Fonte: Elaborado pelo autor.

⁶⁹ Ibid., pp. 151-152.

Se para Nina Rodrigues a presença negra na composição social brasileira era um obstáculo para o desenvolvimento do país, para Querino, a conclusão é oposta e mais radical. Elencando o nome de diversos afro-brasileiros que de alguma forma brilharam no cenário nacional, quer por seus feitos ou por sua competência intelectual, Manoel Querino visava desconstruir a ideia de incapacidade intelectual e a incompatibilidade dos afro-brasileiros com a civilização. Isto é, afirmando, diferentemente de Nina Rodrigues, que é a partir da presença negra e mestiça que o país se fez grande.

Concluiu Querino o seu artigo, dando vivas à iberdade do solo e ao talento do mestiço. E, com uma quadrinha muito significativa, especialmente para o período em que o artigo foi escrito, ele define o motor da História do Brasil.

Quem quer que releia a história
Verá como se formou
A nação, que só tem glória
No africano que importou⁷⁰.

Considerações finais

No confronto com as ideias racistas, os intelectuais afro-brasileiros abordados neste artigo não tinham, diferentemente de seus contendores, o objetivo de afirmar a tese da superioridade ou inferioridade. Ao contrário, preferiram afirmar que suas contribuições para a formação da sociedade eram tão importantes quanto a dos outros grupos humanos que compunham o quadro demográfico brasileiro. Na construção de seus discursos, deixavam evidente que as contribuições poderiam ter sido de ordem diferente, mas que se equiparavam em importância. Foi a partir dessa compreensão que Manoel Querino e Édison Carneiro montaram suas obras. Levando inclusive Querino a deixar explícita a sua intenção quando afirmou:

As nossas investigações compreenderam os próprios africanos e se estenderam aos seus descendentes mais diretos, indivíduos sabedores das práticas religiosas dos seus ascendentes. Incontestavelmente, o feiticismo africano exerceu notória influência em nossos costumes; e nos daremos por bem pagos se o

⁷⁰ Ibid.

reduzido material que reunimos puder contribuir para o estudo da psicose nacional no indivíduo e na sociedade⁷¹.

Neste trecho, Manoel Querino revela não só os seus objetivos, como a sua compreensão do papel da cultura afro-brasileira na formação da sociedade brasileira. Porém, essa percepção estava também envolvida por um cunho político, apesar de certa aparente aquiescência às teses raciais do período, ao afirmar que as características creditadas aos afro-brasileiros não são de exclusividade dele.

E, aproveitamos o ensejo, deixamos aqui o nosso protesto contra o modo desdenhoso e injusto porque se procura deprimir o africano, acoimando-o constantemente de boçal e rude, com qualidades congênicas e não simples condição circunstancial comuns, aliás, a todas as raças não evoluídas. Não. Primitivamente, todos os povos foram passíveis dessa boçalidade e estiveram subjugados à tirania da escravidão, criada pela opressão do forte contra o fraco⁷².

Assim, tentei demonstrar que três foram os principais elementos constitutivos dos discursos dos afro-brasileiros em relação às ideologias raciais. A apropriação do padrão da cultura e ciência burguesas, a desconstrução do discurso da superioridade branca e a equiparação da experiência dos afro-brasileiros e dos brancos.

O primeiro é o princípio de buscar os instrumentos e os argumentos no universo da cultura e ciência burguesas. Esse estratagema é recorrente e perceptível tanto na produção de discursos afro-brasileiros populares quanto eruditos. Funcionava, por um lado, para denunciar a fragilidade do discurso preconceituoso e, por outro, para demonstrar o conhecimento dos signos da cultura e ciência burguesas e dos conceitos científicos.

Neste ponto, o primeiro elemento constitutivo dos discursos dos afro-brasileiros se associa ao segundo, qual seja, a desconstrução do discurso da superioridade branca, para afirmar teses favoráveis aos afro-brasileiros. No contato com essa cultura e ciência burguesas, os afro-brasileiros selecionavam os elementos que melhor se adequavam à construção de seus próprios argumentos. Em verdade, com os elementos escolhidos, reafirmava o seu domínio da cultura e ciência burguesas e a pertinência dos seus argumentos.

⁷¹ QUERINO, Manoel. *Costumes Africanos no Brasil* (volume 15). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1938, p. 22.

⁷² Idem.

Jogados enquanto contrapontos centrais da ideologia racista. Na maioria das vezes, as categorias de análise, as interpretações e os argumentos eram extraídos das próprias teses do racismo científico.

Entretanto, os discursos eram sempre matizados como elementos que compunham o repertório afro-brasileiro e que conferiam força retórica adicional. Como, por exemplo, juntar em um mesmo discurso argumentos evolucionistas que sugerem a existência de raças superiores e inferiores com demonstração de que “o feiticismo africano exerceu notória influência” sobre os costumes de uma sociedade brasileira, para ao final concluir que esta sociedade encontrou só sua glória — sua evolução — pela ação das supostas raças inferiores.

A partir desse ponto, toma corpo o terceiro elemento, o da equiparação. Nos seus discursos, os intelectuais afro-brasileiros defendem a tese de que houve uma equivalência da contribuição das três raças na formação do Brasil, de que suas experiências culturais e religiosas, seu modo de vida, têm o mesmo valor que a experiência europeia.

Enfim, quer entre os intelectuais, quer entre os líderes religiosos ou entre os carnavalescos, a afirmação dos afro-brasileiros foi sempre a mesma: “Somos tão bons quanto tão bons”!

Fontes:

Periódicos

À TARDE. Salvador, 14 de outubro 1919.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Salvador, 25 de outubro 1912.

O IMPARCIAL. Salvador, 22 de abril 1919.

..... Salvador, 18 de maio 1919.

..... Salvador, 17 de novembro 1933.

O ESTADO DA BAHIA, Salvador, 20 de julho 1936.

O TEMPO, Salvador, 15 de outubro 1919.

Bibliográficas

LATINO COELHO, José Maria. *Elogio Histórico de José do Bonifácio*. Lisboa: Typographia da Academia, 1877.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. *Evolução do povo Brasileiro*. São Paulo: 1930.

OLIVEIRA, Waldir Freitas; LIMA, Vivaldo da Costa. *Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938*. São Paulo: Corrupio, 1987.

PEIXOTO, Afrânio Júlio. *A esfinge*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919.

QUERINO, Manoel. *Costumes Africanos no Brasil* (volume 15). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

_____. “O colono preto como fator da civilização brasileira” In *Afro-Ásia*, n. 13, 1980.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. [<https://doi.org/10.7476/9788579820106>]

_____. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

Referências

ANDRADE, Manoel Correia de. *Abolição e Reforma Agrária*. São Paulo: Ática, 1987.

CARDOSO, Franci Gomes. “Classes sociais e construção da hegemonia das classes subalternas” In *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, pp. 403-418, 2018.

COSTA, Iraneidson Santos. *A Bahia já deu régua e compasso: medicina legal, raça e criminalidade na Bahia (1890-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2023.

DOS SANTOS, Flávio Gonçalves. *Os discursos afro-brasileiros face às ideologias raciais na Bahia — 1889/1937*. Dissertação (Mestrado em História). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001.

ELIAS, Norberto. *O processo civilizador* (volume 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas’: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador” In *Afro-Ásia*, n. 21-22, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del carcere: edizione critica a cura di Valentino Gerratana*. Torino: Einaudi, Q 1, § 44, 1977.

----- *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. 7ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LUZ, Marco Aurélio. *Agadá: a dinâmica de uma civilização africano-brasileira*. Salvador: Conselho Editorial e Didático da UFBA/SECENE, 1995.

HASENBALG, Carlos Alfredo. *Discriminação e desigualdade racial no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1979.

MELLO E SOUZA, Laura de. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

Negro, Antônio Luigi; Brito, Jonas. “Insurgentes incendeiam a cidade da Bahia. O Quebra Bondes e a Revolução de 30” In *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 33(71), pp.579–599, 2020. [<https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300008>].

QUIJANO Aníbal. “Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina” In LANDER, Edgardo (Org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SANTANA, Isabel Almeida. *Luiz Anselmo da Fonseca: um médico e abolicionista baiano no final do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, 2018.

SAMPAIO, Consuelo Novaes. *O poder legislativo na Bahia: Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Assembleia Legislativa, UFBA, 1985.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VIEIRA FILHO, Rafael. *A africanização do carnaval de Salvador, BA – a recreação do espaço carnavalescos (1876 - 1930)*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.

Artigo recebido para publicação em 18/07/2024

Aprovado em 16/09/2024.